

A PERÍFRASE CONJUNCIONAL “SÓ QUE”: INVARIÂNCIA E VARIANTES

Sanderléia Roberta LONGHIN-THOMAZI¹

- RESUMO: O objetivo deste trabalho é descrever o comportamento lingüístico da perífrase *só que* em dados do português falado e escrito. Para tanto, contemplo duas perspectivas: a invariabilidade e a variabilidade de *só que*. A primeira se refere, entre outras coisas, ao sentido básico de cancelamento de pressuposição pragmática; e a segunda, ao fato de *só que* assumir, conforme as condições de uso, cinco acepções de sentido, que têm características lingüísticas distintas.
- PALAVRAS-CHAVE: *Só que*; coordenação; pressuposição pragmática; argumentação.

Introdução

Apesar de dispor de um conjunto de partículas para assinalar as relações de adversidade, oposição ou contraste (*mas, porém, contudo, todavia, no entanto etc.*), a língua portuguesa criou a perífrase *só que*, um item conjuncional de natureza coordenativa, que tem a propriedade de estabelecer, entre os segmentos que articula, um tipo particular de contraste, que será devidamente qualificado ao longo deste trabalho. O exemplo (01) traz uma ocorrência de *só que*:

(01) Você pede desculpas a seu marido, mas ele continua brigando. Você traz flores para sua esposa, **só que** ela não o perdoa no ato. Infelizmente, ação e reação instantâneas só acontecem na física. (KANITZ, 2001, p. 20, grifo nosso)

Como tantas outras perífrases conjuncionais formadas por “base + que”, *só que* é produto de um mecanismo de produção de conjunções muito mais amplo, que vem se

¹ Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Pesquisadora da FAPESP (Programa “Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes”). E-mail: longhin-thomazi@bol.com.br.

definindo há séculos e que, a qualquer momento, pode produzir conjunções novas, a partir da reinterpretação de material lingüístico disponível no repertório da língua. Trata-se, mais especificamente, de um processo de criação lingüística bastante antigo, e ainda muito produtivo, que consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais.

Neste trabalho, meu objetivo é descrever o comportamento lingüístico de *só que* em dados do português falado e escrito². Para tanto, vou contemplar dois aspectos: a invariância e as variantes de *só que*. A invariância diz respeito às características que são constantes em todas as ocorrências de *só que* como, por exemplo, o sentido básico que a perífrase estabelece entre os segmentos que une. Já a variância, por outro lado, diz respeito ao fato de que, dependendo das condições de uso, *só que* pode assumir cinco diferentes acepções de sentido, cuja análise depende, em grande parte, da consideração de aspectos relacionados à orientação argumentativa e à distribuição de informação.

Invariância

Para caracterizar a invariância de *só que*, retomo parte dos critérios que, em trabalho anterior (LONGHIN, 2003), utilizei para evidenciar que *só que* é uma conjunção coordenativa. Esses critérios foram extraídos de um texto de Charles Bally (1965), intitulado *Trois formes caractéristiques d'énonciation: phrase coordonnée, phrase segmentée, phrase liée*, no qual identifiquei a possibilidade de atribuir à combinação de orações um caráter gradual, explicável pela concorrência de vários fatores. Embora antiga, a proposta de Bally traz para o estudo das orações compostas uma contribuição extremamente original, já reconhecida antes por Ducrot (1977), Koch (1987), Guimarães (1987) e Carone (1988), e tem entre outras vantagens a de lançar mão de noções de ordem semântica para distinguir três formas de combinar orações, que o autor denomina Coordenação, Segmentação e Soldadura.

O caráter peculiar da abordagem de Bally (1965) já aparece na própria noção de oração, que é desvinculada da representação, a que estamos acostumados, que estabelece uma distinção sintática entre sujeito e predicado gramaticais. Para o autor, toda oração é um ato de enunciação completo, que se presta a uma caracterização tipicamente funcional, a saber, é suscetível de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente: o **tema** e o **propósito**. O tema é definido como o ponto de

² O material de fala foi composto a partir da seleção de várias amostras. Do PEUL, tomei dois *corpora*: "Amostras do português falado no Rio de Janeiro" (APF), organizado por Paiva (1999), e o "Banco de Dados Interacionais" (DBI), organizado por Roncarati (1996). Do NURC (material reunido em disquete), utilizei a amostra mínima, o chamado *corpus* comparilhado do Projeto Gramática do Português Falado, que inclui dados procedentes de cinco capitais. Além disso, pesquisei um conjunto de narrativas de experiência pessoal (NEP), que integra o acervo ainda não publicado da UNESP/S.J. Rio Preto, e que foi constituído nos anos de 1991 a 1994. O material de escrita foi composto pela seleção dos números semanais da revista *Veja*, referentes aos anos 32 a 35.

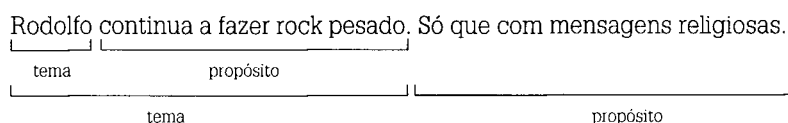
partida ao qual é acrescentado o propósito, que é o centro de interesse da comunicação. A sequência (**tema**)/**propósito** corresponde ao padrão habitual, mas é possível prever enunciações formadas apenas pelo propósito.

A coordenação semântica, nos moldes de Bally (1965), deve satisfazer duas condições prévias: dados os segmentos A e B, eles serão coordenados se (i) A constituir um ato de enunciação completo, capaz de funcionar de forma independente; e, (ii) B constituir o propósito de A. Aplicadas aos enunciados com *só que*, essas condições explicam duas características que invariavelmente são apresentadas por essa perífrase, a saber:

(a) *Só que* articula segmentos autônomos. Num enunciado “A, *só que* B”, A constitui um ato de enunciação capaz de funcionar sozinho, independentemente da presença de B. Por exemplo, em (02), o segmento A (“Rodolfo continua a fazer rock pesado”) é autônomo e comporta em si um tema (“Rodolfo”) e um propósito (“continua a fazer rock pesado”).

(02) Rodolfo, ex-Raimundos, continua a fazer rock pesado. **Só que** com letras cheias de mensagens religiosas. (MARTINS, 2002, p.117, grifo nosso)

(b) *Só que* introduz a informação mais importante. Num enunciado “A, *só que* B”, B constitui o propósito de A, prevalecendo, dessa forma, o padrão habitual em que o tema é seguido pelo propósito. Isso equivale a afirmar que o segmento A, ao mesmo tempo que se presta à análise em tema/propósito, é também tomado como tema de B; e que o segmento B introduzido por *só que* acrescenta ao discurso a informação mais importante ou saliente, aquela que, do ponto de vista contextual, é geralmente **nova**, no sentido de não ter sido considerada antes.



Além disso, Bally (1965) propõe que, particularmente na coordenação, o primeiro segmento (tema) é sempre retomado no segundo (propósito), ou melhor, que B contém um “representante” de A, em razão de uma retomada de base anafórica. Ora, se ao pronunciar A, o locutor faz o ouvinte considerar um conjunto de informações que servirá de suporte para a introdução de uma nova porção de informação trazida por B, então é natural que A e B compartilhem informações; caso contrário, não teria justificativa a união desses elementos. Esse critério de Bally (1965) ajuda a explicar mais uma característica de *só que*, que descrevo em (c):

(c) Os segmentos unidos por *só que* sustentam uma relação coesiva. Existe entre os elementos unidos por *só que* uma relação coesiva, que é essencialmente

anáforica: o enunciado introduzido por *só que* toma o enunciado precedente como tema, retomando explicitamente um de seus constituintes, como é o caso de “os trombadinhas”, no exemplo (03), ou retomando, por meio de associações que envolvem cálculo de sentido, uma informação implícita, que é reconstruída via inferenciação³, através da mobilização dos contextos lingüístico e cognitivo. Este é o caso de “caldo”, no exemplo (04) que, embora não tenha sido mencionado antes, pode ser inferido a partir do conhecimento comum que os interlocutores têm de canja.

(03) Essas crianças estão aprendendo a conseguir o que querem na marra, como se não existisse lei. Desse ponto de vista, elas foram igualadas pelo MST aos trombadinhas que amedrontam os cidadãos dos grandes centros urbanos. **Só que** em geral os trombadinhas não têm família, ao contrário dos pequenos sem-terra. (REFORMA..., 2000, p.50, grifo nosso)

(04) Doc: Como é que é? Cê sabe como é?
L1: é o pato assim... ele vem o pato cozido feito uma espécie de canja... **Só que** o caldo é justamente uma água misturada com uma farinha. (NURC/DID-328-RJ)

Em outras palavras, o enunciado introduzido por *só que* tem a dupla função de recuperar ou reativar uma informação dada, por meio da remissão a elementos já mencionados antes ou a elementos inferíveis do contexto; e de predicar sobre essa informação dada, acrescentando informação nova.

Outro critério que, para Bally (1965), é relevante para explicar a coordenação é a relação de sentido. Segundo o autor, a colocação de dois enunciados lado a lado é justificada, antes de mais nada, pelo sentido que emerge dessa colocação, mesmo na ausência de qualquer marca explícita de conexão. Deste critério resulta a última característica que atribuí a *só que* sob o rótulo de invariabilidade:

(d) *Só que* estabelece entre A e B uma relação de contraste. A relação de sentido que emerge da articulação com *só que* consiste num tipo de contraste que decorre da quebra ou cancelamento de uma **pressuposição**, entendendo-se por “pressuposição”, em sentido pragmático, toda informação que é tomada pelo falante como conhecimento comum entre os participantes da interação. Ou, nas palavras de Stalnaker (1972, p.390), “pressupor uma proposição no sentido pragmático é aceitar como certa a sua verdade, e supor que os outros envolvidos no contexto façam o mesmo”.

Com o intuito de refinar a noção de cancelamento de pressuposição pragmática, faço uma breve revisão de três trabalhos que, de alguma maneira, abordam esse as-

³ Nessas ocorrências em que a retomada é condicionada pragmaticamente, temos um tipo de relação similar aos casos de “anáfora associativa” ou “anáfora semântica” que, segundo Koch (2002, p.107), “consiste numa configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito, cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do contexto precedente”.

sunto. Heine *et al.* (1991), por exemplo, explicam que o cancelamento de pressuposição ou “quebra de expectativa”, para me valer de sua terminologia, acontece nas situações em que há uma divergência entre o que é afirmado e as expectativas “normais” dos participantes (ou seja, tudo que é avaliado, esperado ou assumido como padrão característico do mundo com o qual o falante tem familiaridade). Já Dijk (1977), em outra linha de investigação, analisa o papel de certos conectivos contrastivos que promovem a quebra de expectativa, salientando que tais partículas apresentam três características essenciais: (i) podem sinalizar circunstâncias em que as propriedades e os cursos dos eventos contrastam com as expectativas “normais” do mundo; (ii) podem indicar estados ou eventos meramente inesperados ou indesejados; ou ainda, (iii) podem expressar a não satisfação de condições possíveis, prováveis ou necessárias. Dik (1989), por sua vez, propõe que o contraste por quebra de pressuposição ocorre quando o falante cancela uma pressuposição do ouvinte, ao efetuar mudanças na informação pragmática deste. Essas mudanças consistem em acréscimo, substituição ou eliminação de parte de informação.

Em resumo, dadas as características que invariavelmente são encontradas nos enunciados articulados por *só que*, é possível propor para a perífrase uma definição mais geral, a saber: *só que* é um item conjuncional que une um enunciado autônomo a uma circunstância nova, não considerada até o momento, estabelecendo entre eles um sentido básico, fortemente pragmático, que é produto do cancelamento de uma pressuposição comum aos participantes na interação comunicativa. Esse sentido básico, que está subjacente a todas as ocorrências de *só que*, é especificado conforme condições contextuais, resultando nas várias acepções de *só que*, que descrevo a seguir.

Variantes: as acepções de *só que*

Só que pode assumir cinco acepções de sentido, que denominei: *só que* marcador de diferença; *só que* marcador de refutação; *só que* marcador de surpresa; *só que* marcador de contra-argumentação; e, *só que* marcador da não-satisfação de condições. Não se trata de categorias discretas. Pelo contrário, há casos que poderiam se enquadrar em mais de um tipo. Além disso, essa classificação não permite dar conta de todos os empregos de *só que* encontrados.

***Só que* marcador de diferença**

Só que marcador de diferença se fundamenta em uma comparação de igualdade⁴

⁴ As expressões que mais comumente são usadas para introduzir a comparação são: *é como (se)...*, *tudo como...*, *é similar a...*, *parece...*, *o mesmo acontece...*, *também é...*, *tão... quanto*, *é igual a...*, *tem os mesmos...*, *lembra um...*, *são semelhantes...*, *é mais ou menos como...*

entre dois elementos: inicialmente o locutor apresenta as similaridades existentes entre eles, para então cancelar as pressuposições criadas por essas similaridades. Ao lançar mão da comparação, o locutor realiza uma sequência de estratégias de caráter altamente pragmático:

- (i) busca no mundo um conjunto de informações que julga compartilhado pelo(s) interlocutor(es) e o transforma em uma espécie de “modelo” para aquilo que vai comunicar, visando com isso facilitar o processamento das informações;
- (ii) assinala a diferença entre o que é comunicado e o modelo evocado, recorrendo a um enunciado introduzido por *só que*, que traz uma informação geralmente nova, não considerada antes;
- (iii) (com a marcação de diferença), cancela parte das expectativas ou pressuposições que foram despertadas no(s) interlocutor(es).

Essas estratégias estão evidentes no exemplo (05), em que para explicar a receita do arroz-doce, a locutora evoca o “modelo” do arroz comum (“faz igual a um arroz comum”), que inclui determinados procedimentos, associados a um número de ingredientes, tais como, alho, sal, óleo e água. Depois de igualar as duas receitas, a locutora utiliza um enunciado com *só que* para marcar a diferença, que está na exclusão de apenas dois dos ingredientes.

(05) A: Eu nunca fiz arroz-doce...

B: Faz igual a um arroz comum, **só que** sem alho e sem sal. (PEUL/BDI)

(RONCARATI, 1996, p.50, grifo nosso)

A marcação de diferença se dá pela adição de informação nova, que pode representar tanto um acréscimo de informação ao modelo evocado, como também uma substituição ou exclusão de parte de informação do modelo. Em outras palavras, por meio dos enunciados encabeçados por *só que* marcador de diferença, o locutor promove um cancelamento de pressuposições, através uma das três operações seguintes:

Adiciona informações ao modelo: o locutor avalia que o interlocutor possui uma informação incompleta, à qual precisa ser acrescida uma nova porção de informação que julga relevante. Como exemplo, considere (06), em que os elementos envolvidos na comparação são os sintomas da gripe australiana e os sintomas das gripes comuns (na verdade, os últimos são evocados para explicar os primeiros). A porção de similaridade, que certamente é partilhada pelos interlocutores, corresponde à “febre alta, dores e mal estar geral”, e a diferença trazida pelo *só que*, que vai cancelar as pressuposições ao adicionar um dado relevante, está na força dos sintomas da gripe australiana.

- (06) Os sintomas da chamada gripe australiana são semelhantes aos de qualquer outra – febre alta, dores por todo o corpo e mal-estar geral. **Só que** mais fortes. (POLES, 2000, p.70, grifo nosso)

Substitui parte do modelo: o locutor avalia que do modelo assimilado pelo parceiro é preciso rejeitar uma parte e substituí-la por outra. É isso que acontece em (07), em que a receita do estrogonofe é usada como modelo para a realização de uma outra receita, cujos ingredientes para o preparo são os mesmos, com exceção do creme de leite, que é substituído pelo requeijão. Análise similar vale para (08).

- (07) [É do mesmo jeito] (hes) Não, com <re-> -é com requeijão, é. É o estrogonofe – do mesmo jeito que faz o (est) estrogonofe. **Só que** em vez de você colocar o creme de leite, você coloca o requeijão. (PEUL/APF-E29)
(PAIVA, 1999, p. 188, grifo nosso)

- (08) A número 1!!! A música é a mesma, o mesmo o ritmo febril das imagens que se sucedem, o mesmo o gesto de fazer o número 1 erguendo o dedo indicador. Tudo como no anúncio da cerveja. **Só que**, em vez da cerveja, o que se tenta vender é a candidata. Sai a Brahma, entra Roseana Sarney. (TOLEDO, 2002, p.114, grifo nosso)

Exclui parte do modelo: o locutor avalia que, a partir do modelo assimilado, o interlocutor pode desenvolver uma expectativa equivocada e, por isso, exclui parte dele, sem pôr nada no lugar. Em (09), mais um exemplo relativo à culinária, para explicar o preparo da torta de bacalhau, o locutor toma como modelo o processo de preparação do pudim de pão. Segundo ele, é “tudo o mesmo processo”; a diferença está na exclusão do açúcar.

- (09) A: A senhora faz como se fosse é a torta de bacalhau fazendo- assim (hes) usando o mesmo processo do pudim de pão.
B: É?
A: O pão molhado no leite, o bacalhau desfiadinho, tudo o mesmo processo, **só que** não põe o açúcar, e fica muito bom. (PEUL/APF-E35)
(PAIVA, 1999, p.165, grifo nosso)

Em síntese, o contexto em que esse tipo de *só que* aparece é sempre o mesmo: para explicar X, o locutor evoca um modelo Y, ao qual X é comparável em quase tudo. Depois de considerar o modelo Y em sua totalidade, o locutor rompe parcialmente com o conteúdo de Y, por meio da adição, substituição ou exclusão de informação, tornando clara a diferença entre X e Y.

Só que marcador de refutação

É característico de contextos em que o locutor desmente, nega ou contesta uma informação explícita ou implicitamente veiculada antes, e fornece a seguir a informação que julga correta. Nessa acepção de *só que*, predomina uma estrutura que associa uma refutação a uma retificação, necessitando apenas da presença de um conjunto opositivo que, para o exemplo (10) abaixo, é o par *enfarte vs. veia entupida*.

- (10) oh:: o senhor tá com infarti... tem que ir prá Rio Preto... que aqui num tem aparelhagem que precisa... ele me levou no hospital... na Santa Casa... aqui de Rio Preto... fiquei dez dia internado... cinco dia no CTI... ligado nos aparelho... aí depois eu fui pro quarto... fiquei em observação... aí:: me liberaram... vortei... prá trabalhá fiquei um tempo que eles me deram... trabalhei mais... resto do mês... aí eu vortei a senti mal de novo... **Só que** aí já num era infarti.. aí já era... é:: é... uma veia entupida... (NEP/91)

Em virtude da negativa explícita, essa acepção de *só que* comporta uma **polêmica imaginária**, nos termos propostos por Vogt e Ducrot (1980). Para esses autores, qualquer enunciado negativo pressupõe uma asserção prévia e implícita, que é atribuída a um possível enunciador, de modo que quando o locutor enuncia não-X, necessariamente se faz enunciar X, ao qual ele vai se opor. Assim, o locutor traz para seu discurso uma enunciação virtual, pela qual não se responsabiliza, para então rejeitá-la. Sob essa análise, o significado dos enunciados com *só que* marcador de refutação é **polifônico**⁵: há mais de uma voz presente na enunciação e o cancelamento de pressuposições se dá a partir do conflito instalado entre essas vozes.

Em (10), ao dizer “só que aí já não era infarti”, o locutor refuta o enunciado positivo correspondente, “aí era infarti”, enunciado este que não é dito de forma explícita, mas que é facilmente recuperado se admitirmos que ele é mobilizado por um outro enunciador, dentro daquele discurso. A ocorrência pode ser interpretada assim: o locutor conta que teve um enfarte e que passou por um período de internação até se recuperar e voltar ao trabalho. A seguir, acrescenta que, depois de um tempo, voltou a se sentir mal novamente. Nesse contexto, é possível que um interlocutor virtual pressuponha pragmaticamente: “então você teve outro enfarte”. O locutor, tendo avaliado essa possibilidade, adianta-se e recusa essa suposição, que sequer foi proferida. Não estando satisfeito, ele ainda justifica essa recusa, fornecendo a informação correta “aí já era uma veia entupida”.

⁵ Segundo Ducrot (1983), a polifonia decorre do fato de o locutor apresentar, em seu ato de enunciação, um ou vários enunciadores, que podem ou não se identificar com ele. Trata-se, em outros termos, da possibilidade de reconhecer em um enunciado a presença de enunciadores (interlocutores, terceiros, opinião pública), que se manifestam de pontos de vista diferentes.

O exemplo (11) abaixo é mais uma ocorrência de *só que* de refutação. Neste caso, o alvo da refutação é a informação pressuposta “a Petrobrás foi privatizada”, claramente contida no primeiro enunciado. Semelhante ao exemplo anterior, também transparece aqui a preocupação do locutor em ser maximamente informativo. Prova disso é que, para ele, não basta recusar uma porção de informação, mas é necessário justificar essa recusa, o que ele faz por meio da introdução de informação nova: “a única intenção do governo é transferir parte das ações para o público”.

- (11) A Procuradoria da República no Amazonas abriu um Inquérito Civil Público para apurar o “processo de privatização da Petrobrás”. **Só que** o governo não vendeu nem pretende vender a estatal. Quer apenas transferir na bolsa uma parte de suas ações para o público. (GOIS, 1999, p.32, grifo nosso)

***Só que* marcador de surpresa**

Só que marcador de surpresa é típico de situações em que o imprevisto, o inesperado, o indesejado ou o incompatível contrasta com o que é considerado “normal” no mundo dos interlocutores. Trata-se, em outras palavras, de circunstâncias em que o que se esperava não aconteceu, ou que aconteceu justamente o que não se esperava ou desejava. Por exemplo, nas ocorrências em (12), *só que* cancela pressuposições na medida em que introduz fatos inesperados numa linha discursiva que tinha uma direção certa, previsível, baseada no conhecimento comum existente entre os participantes.

- (12) a gente tinha combinado de passar o carnaval na praia né... então ia eu... duas amigas minhas e o namorado de uma delas... aí a gente tinha combinado pra sair as oito... da noite né... **só qui** começou a maior chuva... aí meu pai começou a implicar... não vocês não vão agora não... é perigoso né. [...] e saímos né... pra viajar assim com a maior chuva né, com aquela maior tempestade... aí quando a gente tinha andado assim umas quatro horas mais ou menos... a chuva já tinha parado... **só qui** tinha um galho... no meio da estrada. (NEP/94)

***Só que* marcador de contra-argumentação**

O conceito de argumentação utilizado neste trabalho é aquele da Teoria da Argumentação, proposta teórica que teve origem nos escritos dos lingüistas Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot (1976), e que foi aplicada com sucesso em dados do português, particularmente nas décadas de setenta e oitenta. Tal proposta consiste numa

teoria semântica centrada em aspectos pragmáticos do sentido, que rejeita qualquer tentativa de análise em termos lógicos.

A tese de Ducrot (1977, 1981) é que usamos a linguagem sobretudo para fins **argumentativos**: a todo momento pretendemos atuar sobre nossos interlocutores, com intuito de obter deles determinadas respostas linguísticas ou não linguísticas. Argumentar é, para ele, utilizar um enunciado A com a finalidade de justificar um enunciado B, reconhecendo-se em A um argumento, e em B, uma conclusão. O autor afirma que os argumentos têm uma orientação, ou seja, servem para legitimar uma ou mais conclusões. E é justamente por meio da orientação argumentativa que o locutor fornece indicações de como deseja que seu enunciado seja interpretado.

A argumentatividade, diz Ducrot (1977), está inscrita na própria gramática das línguas, que dispõem de marcas linguísticas explícitas destinadas a indicar a orientação argumentativa dos enunciados. A essas marcas, em geral de natureza conjuncional ou adverbial, Ducrot (1977) reservou os termos conectores e operadores argumentativos. Tais partículas desempenham um papel crucial na construção dos sentidos, uma vez que sinalizam o argumento mais forte ou mais fraco, tendo em vista uma conclusão.

Um dos méritos da abordagem argumentativa foi o de explicitar que algumas conjunções não se restringem à função sintático-semântica de ligar sentenças, mas também desempenham a função argumentativa de indicar o peso que as sentenças têm, enquanto argumentos, para possíveis conclusões. Entre os resultados mais significativos alcançados no estudo das conjunções está a análise do *mas* (considerado o operador argumentativo por excelência), em enunciações do tipo *A mas B*. Ducrot (1977) conseguiu explicar que o contraste que emerge dessa estrutura resulta do fato de se tomar A e B como argumentos a favor de conclusões opostas, respectivamente, *r* e *não-r*, e de se admitir B como argumento mais forte em favor de *não-r*, do que o é A em favor de *r*. Dessa forma, a seqüência *A mas B*, tomada em sua totalidade, é orientada argumentativamente em favor de *não-r*. Mais recentemente, com a reformulação da teoria, Ducrot (1983) deixa de lado a idéia de argumento mais forte e prefere falar que o locutor negligencia A para se apoiar apenas em B. A força argumentativa superior atribuída a B é, segundo ele, somente a justificação dessa decisão.

Meus dados revelam que há três situações em que *só que* funciona como suporte para uma contra-argumentação. Na primeira, exemplificada em (13), o locutor dá legitimidade a uma conclusão, mas depois a descarta em favor de uma conclusão contrária:

- (13) A gente começa a cantar escondido, aí como todo mundo começa a rir, aí ela percebe, sabe? É, deixa eu ver mais quem? Tem o Carlos de ciências- ciências. (aos) [ele] ele é legal, assim, sabe? **Só que** eu não vou muito com a cara muito com a cara dele não. (PEUL/APF-Adr63c)
(PAIVA, 1999, p. 171, grifo nosso)

Nessa ocorrência, o enunciado "Carlos é legal" argumenta em favor da conclusão "todos, inclusive o locutor, gostam do Carlos". Mas não é essa a conclusão legitimada, pois esse argumento, na verdade, não é do locutor. Provavelmente, ele é atribuído a outro(s) enunciator(es). Trata-se, portanto, de mais um caso em que a "voz do outro" tem lugar nos enunciados com *só que*: o locutor reconhece a validade do argumento "do outro", incorpora esse argumento em seu discurso, mas de maneira alguma adere a ele. Sua conclusão definitiva pressupõe um argumento decisivo contrário àquele do enunciator.

É esse tipo de contra-argumentação que explica o exemplo (01), mencionado na introdução. Nele, o argumento "você traz flores para sua esposa" sugere uma conclusão como "ela deve perdô-lo", e o segmento introduzido por *só que* sugere uma conclusão contrária: "ela não o perdôa no ato". Nesse exemplo, diferentemente do anterior, é preciso recuperar o argumento decisivo que aparece no final: "infelizmente, ação e reação instantâneas só acontecem na física".

Na segunda situação, a contra-argumentação é resultado do conflito entre o julgamento do locutor e uma linha discursiva que remete a um *topos*. Segundo Ducrot (1983), os *topoi*, conceito emprestado e adaptado de Aristóteles, são regras características do discurso, que sustentam a argumentação, mostrando os caminhos necessários para a interpretação do enunciado. Em outros termos, os *topoi* são trajetórias interpretativas, quase nunca explicitadas, que ao evocarem princípios gerais admitidos por uma comunidade linguística, permitem legitimar a correspondência entre um argumento e uma conclusão. Em (14), por exemplo, a argumentação é sustentada por um *topos*, segundo o qual o protótipo de sala apresenta as seguintes peças: sofá, abajur, televisão, mesa de centro, carrinho etc. O locutor, ao descartar a mesa de centro e o carrinho, rompe parcialmente com esse *topos*, e isso representa uma quebra nas expectativas dos possíveis interlocutores.

(14) E- Mas mais ou menos, como é que você vai querer que seja?

F- Bom, eu <pre-> na parede maior, não é? Um sofá, assim, tipo isso daqui assim: é fazer um quadrado. Botar uma poltrona lá, outra poltrona na outra e botar um abajur, qualquer coisa assim, sabe? (hes) Televisão. **Só que** eu não gosto nem de mesinha de centro e nem carrinho. (PEUL/APF-Adr63c)
(PAIVA, 1999, p.176, grifo nosso)

Por fim, a última situação em que *só que* pode funcionar como suporte para a contra-argumentação é exemplificada em (15), em que "falta professor" e "as professora num sabe entender a gente" são argumentos que contrastam com a conclusão, mencionada antes, de que o locutor não tem nada contra o colégio:

(15) Doc: O que você diz do colégio?

Inf: Num tenho nada contra não, **só que** falta professor né, e às vezes as pro-

fessora num sabe entender a gente, porque no último ano nós tamos quase tudo reprovado na oitava série. (PEUL-APF-Adr63c)
(PAIVA, 1999, p.183, grifo nosso)

Nesse exemplo, o locutor lança mão de um expediente muito comum no discurso preconceituoso, em que se tem enunciados do tipo “não é que eu seja racista, mas...”. É uma estratégia em que o locutor apresenta primeiramente uma opinião de caráter atenuador (“não tenho nada contra não”), pela qual preserva sua própria face (KOCH, 1997), para depois explicitar seu verdadeiro julgamento.

Só que marcador da não-satisfação de condições

Nessa acepção de *só que*, o cancelamento de pressuposição decorre do desacordo entre a vontade ou necessidade de ser ou de fazer algo e o não cumprimento, por alguma razão, de pelo menos uma das condições necessárias. Isso pode ser verificado no exemplo (16), em que ao revelar que tem vontade de ter filhos, mas não pode por causa do problema da mulher, o locutor põe em balança dois argumentos que autorizam conclusões inversas: “a vontade de ter filhos” orienta para a maior probabilidade de ter filhos e cria expectativas no interlocutor, enquanto “a mulher tem problema” orienta, negativamente, para a impossibilidade de ter filhos. Servindo-se da estrutura com *só que*, o locutor dá a entender que o segundo argumento tem uma força argumentativa superior, quebrando assim as pressuposições do interlocutor.

(16) E: Vem cá! (hes) Você tem vontade, assim de ter filhos algum dia?

F: Tenho. Isso eu tenho vontade.

E: Tem?

F: **Só que** a mulher, aí não pode. Ela tem problema, sabe? (PEUL/APF-E25)

(PAIVA, 1999, p.58, grifo nosso)

Conclusão

Para interpretar os enunciados coordenados por *só que* é necessário reconhecer que a perífrase acrescenta a um enunciado prévio e autônomo uma circunstância nova, não mencionada, que é suficiente para cancelar pressuposições comuns aos participantes da interação. Esse esquema básico de funcionamento, identificável em todas as ocorrências de *só que*, é o que chamei de invariabilidade. Acontece que, nos diferentes contextos de uso, cancelar implica, entre outras coisas, comparar, refutar, surpreender e argumentar, do que resultam os vários tipos de *só que*, que chamei de variabilidade.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. The conjunctive Brazilian Portuguese periphrasis "só que": (in)variance. *Alfa*, São Paulo, v. 47, n. 2, p.139-152, 2003.

- **ABSTRACT:** *This paper describes the linguistic behavior of the spoken and written Brazilian Portuguese periphrasis "só que". Two points of view are taken into account: both its invariance and the variance. The first deals with its basic meaning of cancelling pragmatic presupposition; and the second, due to particular usage conditions, distinguishes five different senses couched in different linguistic environments.*
- **KEYWORDS:** "Só que"; coordination; pragmatic presupposition; argumentation.

Referências bibliográficas

- ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. *Langages*, Paris, v.42, p.5-27, 1976.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique historique*. 4.ed. Berne: Éditions Francke, 1965.
- CARONE, F. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 1988.
- DIJK, T. van. *Text and context*. London, New York: Longman, 1977.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- Ducrot, O. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *Provar e dizer*. São Paulo: Global Ed., 1981.
- _____. Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, Paris, v.5, p.79-108, 1983.
- GOIS, A. O petróleo é nosso. *Veja*, São Paulo, v.32, n.44, 1999. Radar, p.32.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- HEINE et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- KANITZ, S. Ação e reação. *Veja*, São Paulo, v.34, n.6, 2001. Ponto de Vista, p.20.
- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LONGHIN, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.
- MARTINS, S. E o pregador: Rodolfo ex-raimundos continua..... *Veja*, São Paulo, v.35, n.8, 2002. Artes e Espetáculos, p.117.
- PAIVA, M. C. (Org.) *Amstras do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/CAPES, 1999.
- POLES, C. Continentes de cama. *Veja*, São Paulo, v.33, n.3, 2000. Saúde, p.70.
- REFORMA agrária: mau exemplo. *Veja*, São Paulo, v.33, n.27, 2000. Brasil, p.50.

RONCARATI, C. (Org.) *Banco de dados interacionais*: programa de estudos sobre o uso da língua. Rio de Janeiro: UFRJ/CNPq, 1996.

TOLEDO, R. P. de. A candidata e a cerveja. *Veja*, São Paulo, v.35, n.5, 2002. Artes e Espetáculos, p.114.

STALNAKER, R. Pragmatics. In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Ed.). *Semantic of natural languages*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972. p.380-397.

VOGT, C; DUCROT, O. De "magis" a "mas": uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980. p.103-128.